



>> Espelho meu, espelho meu...

Em cada português há (pelo menos) um justiceiro, um legislador e um treinador de futebol... manifestando-se tais competências quando as regras ou circunstâncias existentes não são conformes às nossas convicções e sobretudo às nossas necessidades naquele momento.

Com o regresso da seleção portuguesa a casa, irão decerto acalmar os debates de estratégias que assistimos (e participámos) sobre o que correu mal e como poderia ter sido evitado.

Voltamos por isso aos velhos temas de política, economia e justiça. Mas a discussão é de novo estratégica e em cada português há a solução para a liquidação da dívida portuguesa e como o governo português (seja ele qual for) poderia resolver de forma simples e eficaz esta questão.

O português parece ter especial habilidade para idealizar soluções para os “macroproblemas”; não fomos feitos para pensar em “microproblemas” como, por exemplo, a nossa dívida pessoal. Temos direito a férias no estrangeiro, carro próprio, smartphone e serviço de internet para toda a família poder postar fotos no Instagram a qualquer hora e em qualquer local... a resolução deste nosso problema não é tema, até porque a causa/justificação é facilmente identificável – a culpa é do governo que pede sacrifícios aos portugueses e eles não fazem qualquer um. Só resolvendo o macroproblema é que o meu problema se resolve, e isso... não depende de mim.

Será este o pensamento de quem se nega combater a fraude nos transportes públicos porque, em primeiro lugar não é bufo, e depois cabe à administração das empresas de transportes públicos gerir melhor as empresas e não gastar só com eles?

Segundo o “Relatório Preliminar sobre o impacto da fraude no sistema de transportes da AM Lisboa” realizado pela Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa (AMTL), a fraude nos transportes públicos de Lisboa ronda os 15%, o que corresponde a uma perda anual de receitas destas empresas na ordem dos milhões de euros.

As regras de utilização dos transportes públicos são claras e estão legisladas, assim como a infração a estas. Mas o nosso espírito de legislador justiceiro encontrará sempre justificações para a não aplicação das consequências e desviar o olhar para outros problemas que, em nosso entender, afetam o nosso sistema de transportes públicos.

Pagar impostos em Portugal é, no mínimo, doloroso. Se o dinheiro dos meus impostos é mal empregue, porque devo entregar o meu dinheiro a quem não o sabe gerir? E porquê denunciar o meu vizinho que vive de fundo de desemprego, mas tem carro topo de gama, vai de férias com a família e por acaso faz uns trabalhitos que implicam fraude? Tenho direito a Audi se o fizer? Não será justo?

Pois talvez esteja previsto na Lei, mas estamos a falar do meu vizinho que nem sequer é pessoa importante e existem outros tantos por aí a fazê-lo e nada se faz para os apanhar. Porque irei eu agora cumprir as regras e denunciar o meu vizinho?

Usar exemplos de injustiças e infrações à Lei para justificar a nossa inércia e a violação das regras por parte de alguém, é não querer ver a imagem real do espelho e negar a sua contribuição individual para a resolução do macroproblema.